



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

EDITAL Nº 010, de 12 de junho de 2017

A COORDENADORA DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, em conformidade com a competência que lhe foi atribuída pela Portaria PR-CH n. 22, de 26/01/2017, e em observância ao Regulamento do Programa de Estágio do Ministério Público Federal – Portaria PGR/MPU nº 378, de 09 de agosto de 2010, alterada pelas Portarias n. 576, de 12/11/2010, n. 155, de 30/03/2011, e n. 539, de 04/10/2011 – e à Resolução n. 42/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pelas Resoluções n. 52, de 11 de maio de 2010 e 62, de 31 de agosto de 2010, **RESOLVE:**

1. Divulgar os gabaritos preliminares e o inteiro teor das provas do Processo Seletivo para Estagiários de Direito, Administração, Engenharia Civil, Informática, Jornalismo e Secretariado, conforme anexos deste Edital.
2. Declarar aberto o prazo para interposição de recursos em face dos gabaritos preliminares das **provas objetivas**, nos termos dos editais de abertura dos certames.

A blue ink signature, appearing to be 'Antonélia', written over a circular stamp.

ANTONÉLIA CARNEIRO SOUZA
Coordenadora de Estágio



MPF
Ministério Público Federal

**Procuradoria
da República
em Sergipe**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2017

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS contém uma PROVA OBJETIVA, com 20 (vinte) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta. Contém, ainda, uma PROVA SUBJETIVA, com 2 (duas) questões dissertativas, que devem ser respondidas, cada uma, em no máximo 15 (quinze) linhas.
2. Não é permitida nenhuma espécie de consulta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as).
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS DA PROVA OBJETIVA e DA FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA DA PROVA SUBJETIVA, que serão entregues quando o candidato solicitar ou faltando uma hora para o término da prova.
5. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).
6. Exemplo de preenchimento do cartão de respostas:

Preenchimento do gabarito



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	2	3	4	5	6	7	8	9	
2	3	4	5	6	7	8	9		
3	4	5	6	7	8	9			
PROVA	1	2	3	4					

Exemplo para o preenchimento
da inscrição nº 0000123

Não é necessário o preenchimento
deste campo PROVA

CORRETO

01		B	C	D	E	31	A	B	C	D	
02	A		C	D	E	32	A	B	C		E
03	A	B		D	E	33	A	B		D	E
04	A	B	C		E	34	A		C	D	E

ERRADO

01	X	B	C	D	E	31	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E	32	A	B	C	D	E

04	A	B	C	D	E	34	A	B	C	D	E
----	---	---	---	---	---	----	---	---	---	---	---

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Marque a alternativa que não contém um princípio constitucional da administração pública direta e indireta:

- a) Legalidade
- b) Eficiência
- c) Impessoalidade
- d) Publicidade
- e) Função social da propriedade

2. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência jurisdicional dos juízes federais:

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) a disputa sobre direitos indígenas.
- c) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- d) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados.
- e) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

3. Acerca dos direitos sociais previstos na constituição federal como tal, assinale a alternativa que não se inclui neste rol:

- a) Propriedade
- b) Educação
- c) Segurança
- d) Moradia
- e) Previdência Social

DIREITO CIVIL

4. Sobre a obrigação de dar coisa certa, assinale a alternativa incorreta:

- a) segundo o Estatuto Civil, a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela, ainda que não mencionados, independentemente das circunstâncias do caso.

b) no caso de obrigação de dar coisa certa, se antes da tradição a coisa se perder, sem culpa do devedor, a obrigação fica resolvida para ambas as partes.

c) havendo deterioração da coisa sem culpa do devedor, o credor pode aceitar a coisa no estado em que se encontra, abatido do valor aquilo que se deteriorou ou poderá resolver a obrigação.

d) no caso de deterioração por culpa do devedor, o credor tem a prerrogativa de exigir o equivalente ou aceitar a coisa no seu estado atual, podendo reclamar perda e danos em ambos os casos.

e) nenhuma das anteriores

5. Em relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) o Código Civil reconhece a existência de responsabilização subjetiva em decorrência do exercício de atividade que, por sua natureza, cause risco de dano para os direitos de outrem.

b) a jurisprudência não tem admitido pedido de condenação tendo por fundamento dano material, moral e estético.

c) se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, com equidade, o valor da indenização, segundo as circunstâncias do caso;

d) o incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar.

e) no caso de homicídio, a indenização exclui as despesas relativas ao funeral da vítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6. Assinale a resposta correta sobre o recurso de embargos de declaração:

a) é correto afirmar que o prazo de interposição dos embargos de declaração no atual CPC é o mesmo dos recursos de apelação e de agravo.

b) é incabível o recurso de embargos de declaração para corrigir erro material, devendo ser feito por simples petição dirigida ao juiz ou tribunal.

c) não se reconhece a figura do embargos declaratórios com efeitos infringentes, em razão da natureza do recurso ser a de complementar a decisão ou acórdão.

d) é inadmissível a conversão dos embargos declaratórios em agravo interno por decisão do relator do recurso no tribunal.

e) os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

7. Sobre o mandado de segurança, é incorreta a seguinte alternativa:

- a) a concessão de liminar ou de sentença de mérito no mandado de segurança destina-se a proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer da decisão judicial que concede ou nega a pretensão, ainda que tenha atuado apenas como fiscal da lei.
- c) é admissível a dilação probatória na ação de mandado de segurança sempre que houver controvérsia sobre as provas apresentadas pelo impetrante.
- d) é cabível agravo de instrumento da decisão que conceder ou denegar a liminar na ação mandamental.
- e) o Ministério Público tem legitimidade para requerer a suspensão da execução da liminar perante o Tribunal respectivo se a decisão causar grave lesão à ordem, à segurança e à economia públicas.

8. A respeito do inquérito civil público, assinale a alternativa adequada:

- a) o ajuizamento ação civil pública pelo Ministério Público carece de prévia instauração de inquérito civil público.
- b) a formalização do compromisso de ajustamento de conduta deve ser feita ao final da investigação conduzida no inquérito civil público.
- c) a decisão de arquivamento do inquérito civil deve ser submetida à homologação perante o Poder Judiciário para fins de controle da atividade ministerial.
- d) o instrumento do inquérito civil público é de uso exclusivo do Ministério Público.
- e) não é admissível litisconsórcio ativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses transindividuais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. A respeito da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar:

- a) o rol dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário e que atentam contra os princípios

da Administração Pública, previstos, respectivamente, nos arts. 9º, 10 e 11, é taxativo.

b) os atos de improbidade administrativa que atentam contra princípios da Administração Pública podem ser praticados de forma dolosa e culposa.

c) as ações de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa podem ser propostas até 05 (cinco) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

d) a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92 fica condicionada a rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

e) todas as alternativas são verdadeiras.

10. A respeito das licitações e contratações públicas (Lei 8.666/93), é correto afirmar:

a) nas hipóteses em que a licitação é dispensável, a competição é viável, mas a própria lei autoriza o seu afastamento e a celebração direta do contrato.

b) o credenciamento é hipótese em que a licitação é dispensável.

c) a duração dos contratos administrativos ficará sempre adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

d) durante a execução do contrato, o contratado poderá subcontratar total ou parcialmente do seu objeto, independentemente de previsão editalícia e contratual.

e) todas as alternativas são verdadeiras.

11. São bens da União:

a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

b) os rios que banhem mais de um Estado.

c) os terrenos de marinha.

d) os potenciais de energia hidráulica.

e) todas as alternativas são verdadeiras.

DIREITOS DIFUSOS

12. Marque a alternativa correta a respeito da ação civil pública:

a) a ação civil pública deve ser proposta no foro do autor.

b) embora regida por lei, a ação civil pública é instrumento processual com status constitucional.

c) quando ocorrer o ajuizamento de uma ação civil pública e de uma ação popular ocorrerá a litispendência.

- d) é um instrumento processual também voltado à solução de interesses individuais do consumidor.
- e) o Ministério Público, se não for autor da ação civil pública, não atuará obrigatoriamente no processo.

13. Marque a alternativa correta, relativamente ao direito ambiental:

- a) as unidades de conservação de proteção integral são aquelas onde não é permitida a presença humana.
- b) o patrimônio cultural é uma expressão do meio ambiente e os bens culturais imateriais são protegidos preferencialmente por meio do tombamento.
- c) o licenciamento ambiental é estruturado em fases que seguem a seguinte ordem: licença prévia, licença de operação e licença de instalação.
- d) nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade.
- e) quando responsabilizada a pessoa jurídica pela prática de um ilícito ou crime ambiental, fica excluída a responsabilidade da pessoa física, autora, coautora ou partícipe do mesmo fato.

DIREITO PENAL

14. Acerca da anterioridade da lei penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a norma penal incriminadora somente pode retroagir quando se tratar de prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, terrorismo e crimes hediondos, de acordo com o entendimento do STF.
- b) em nenhuma hipótese a norma penal pode retroagir.
- c) tratando-se de crime continuado, a lei penal mais grave é aplicável se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade, conforme a jurisprudência do STF.
- d) de acordo com o STJ, a anterioridade da lei penal se aplica à incriminação de condutas, mas não ao preceito secundário do tipo.
- e) nenhuma das anteriores.

15. Após sair de uma festa no sítio de amigos em Estância/SE na qual ingerira elevada quantidade de bebida alcoólica, Antenor vai embora para Aracaju/SE dirigindo seu carro pela BR-101. Ao ver uma blitz da Polícia Rodoviária Federal e com medo de ser flagrado no teste do bafômetro, ele decide acelerar o veículo e furar o bloqueio, assumindo o risco de causar um acidente e atropelar pessoas, e finda por atingir e matar um policial rodoviário federal que dava ordem para que ele parasse. Em relação ao atropelamento e óbito do policial, é CORRETO afirmar que Antenor:

- a) praticou um crime culposo, por ter agido com imperícia.
- b) praticou um crime com dolo eventual, na medida em que previu o resultado, com ele assentindo, e não se absteve de agir.
- c) praticou um crime com culpa consciente, pois sua intenção era escapar do teste do bafômetro, e não matar o policial.
- d) praticou um crime com dolo direto, em razão de ter assumido o risco do resultado.
- e) nenhuma das anteriores.

16. Wolfgang e Richard ingressaram sorrateiramente no laboratório de informática da Universidade Federal de Sergipe (UFS) durante o repouso noturno e subtraíram um notebook e uma câmera fotográfica. Depois de caminharem cerca 300 metros do laboratório de informática até o portão do campus, quando eles estavam prestes a sair da Universidade, foram surpreendidos por um policial que os seguira e que lhes deu voz de prisão pelo crime de furto qualificado. Nesse caso:

- a) houve crime tentado, visto que os agentes que praticaram o furto não tiveram a posse mansa e pacífica dos bens, em razão de terem sido alcançados pelo policial.
- b) houve crime tentado, visto que os agentes não chegaram a sair de dentro da universidade, permanecendo os dois objetos sob o domínio do proprietário, isto é, da UFS.
- c) houve crime consumado, visto que o crime de furto se consuma com a inversão da posse do bem, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa furtada.
- d) houve crime consumado devido à distância percorrida pelos agentes do lugar do furto até o local em que receberam voz de prisão.
- e) nenhuma das anteriores.

17. Heitor é agente da Polícia Federal e, em razão de sua atuação funcional contra o crime organizado no Estado de Sergipe, foi ameaçado de morte. Um dia, seu irmão gêmeo idêntico Carlos, que estava passeando na orla, é confundido pelos bandidos que ameaçaram Heitor e é alvejado por disparos de arma de fogo, mas sobrevive. Assim sendo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) houve um erro de tipo essencial, de maneira que o crime praticado contra Carlos é atípico.
- b) houve erro de tipo accidental, de maneira que se considera o crime como se tivesse sido praticado contra Heitor.
- c) houve erro de tipo essencial, de maneira que o crime será punido a título de culpa.
- d) houve *aberratio ictus*, de maneira que o crime será isento de pena.
- e) nenhuma das anteriores.

PROCESSO PENAL

18. “[...] o que se extrai é a necessidade de repensar a vinculação discursiva hoje fortemente vinculada à dicotomia acusatório-inquisitório, pois, continuar raciocinando o processo penal brasileiro a partir dessa duplicidade antagônica, por um lado desprovida de precisa referência semântica e, por outro lado, paradoxalmente imbuída de um excesso epistêmico, ao invés de favorecer a consagração dos dispositivos democráticos constitucionais brasileiros, conduz a incertezas interpretativas não desejadas, particularmente, quanto ao papel que merece ser reservado às garantias processuais de ampla defesa e contraditório e a função do juiz no processo penal brasileiro.” (GUIMARÃES, Rodrigo Régner Cheim. “Desvinculando-se da dicotomia ‘inquisitório versus acusatório’”. In: Ministério Público e princípio da proteção eficiente. Coordenação: Eduardo Cambi; Fábio André Guaragni. São Paulo: Almedina, 2016. p. 266). Sobre os modelos de processo penal e a iniciativa instrutória do juiz, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o sistema acusatório ora é identificado pela separação das funções de acusar e julgar, ora pela gestão da prova.

b) o Código de Processo Penal atualmente em vigor, notoriamente inquisitório por ocasião da promulgação na década de 40, ao longo dos anos aproximou-se de um modelo acusatório.

c) de acordo com o Código de Processo Penal, o juiz pode determinar de ofício a produção de prova para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

d) a jurisprudência pacificamente inadmite a produção de prova de ofício pelo juiz por considerá-la incompatível com o sistema acusatório e, consequentemente, com a Constituição Federal.

e) nenhuma das anteriores.

19. Sobre a investigação criminal, assinale a alternativa CORRETA:

a) de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público não pode realizar investigações diretamente, salvo se houver requerimento da vítima.

b) o inquérito policial pode ser conduzido diretamente pelo procurador da República, nos casos em que o delegado não atuar satisfatoriamente.

c) o arquivamento do inquérito policial é determinado pelo Ministério Público e submetido à homologação do juízo ou do órgão revisional competente no âmbito do MP, não sendo possível ao delegado de polícia arquivá-lo diretamente se entender inexistir crime.

d) é facultado à polícia não atender a requisições do MP para a realização de alguma diligência, com base na ausência de hierarquia entre MP e polícia.

e) nenhuma das anteriores.

20. Sobre a ação penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) a ação penal pública incondicionada exige a representação da vítima do delito.

b) a ação penal privada pode ser subsidiária da ação penal pública, na hipótese em que o Ministério Público não ajuizar esta última no prazo legal.

c) os crimes contra a administração pública admitem a propositura de ação penal por qualquer do povo, independentemente de mora do Ministério Público, em atenção ao princípio democrático.

d) a ação penal pública condicionada à representação independe de aquiescência da vítima para ser ajuizada.

e) nenhuma das anteriores.

PROVA SUBJETIVA

Questão 1

Discorra sobre a relação, no âmbito do direito penal, entre o princípio da insignificância e o princípio da dignidade da pessoa humana, exemplificando ao menos uma hipótese de cabimento do princípio da insignificância e outra em que tal princípio não é aplicável. (máximo de 15 linhas – valor 30 pts)

Questão 2

Discorra sobre o princípio constitucional da igualdade, explicando no que ele consiste, abordando necessariamente a constitucionalidade da previsão de cotas em instituição federal de ensino técnico de nível médio para estudantes indígenas, prevista na Lei 12.711/2012, abaixo parcialmente transcrita. (máximo de 15 linhas – valor 30 pts)

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

Art. 4º. As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 5º. Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016)

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública.

FOLHA DE RASCUNHO – QUESTÃO 1

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

FOLHA DE RASCUNHO – QUESTÃO 2

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2017

GABARITO PRELIMINAR

(Anexo do Edital nº 10, de 12 de junho de 2017)

QUESTÕES

01 - E
02 - D
03 - A
04 - A
05 - C
06 - E
07 - C
08 - D
09 - C
10 - A
11 - E
12 - B
13 - D
14 - C
15 - B
16 - C
17 - B
18 - D
19 - C
20 - B